



DINHEIRO

Renda dos alagoanos cresce 48,5% e lidera ranking do Nordeste, aponta estudo da FGV

A QUEDA – Estadão aponta esvaziamento da CPMI do INSS e frustra planos de Alfredo Gaspar



SÉRIE

Collor diz a Moraes que desligamento de tornozeleira foi “incidente involuntário”



COP30

Renan Filho defende expansão do uso de etanol para reduzir emissões globais



DINHEIRO

Alagoas amplia número de empresas e empregos, mas mantém menor salário médio do país



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



RECONHECIMENTO MERECIDO

O vereador Fan do Lava Jato, do município de Barra de Santo Antônio, recebeu uma medalha em reconhecimento ao seu trabalho em prol da população barrense. Na ocasião, o parlamentar recebeu a honraria das mãos do presidente da Câmara de Maceió, vereador Chico Filho. O evento contou com a participação de vários vereadores de outros municípios, além de outras autoridades de todo o estado. A solenidade foi realizada na sede da OAB/AL, por iniciativa do Jornal Alagoas na Mídia e da União dos Vereadores do Estado de Alagoas (UVEAL).

CONCURSOS APROVADOS

A Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas (PGE) aprovou pareceres técnicos que autorizam o prosseguimento dos processos para a realização de concursos públicos na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), na Controladoria-Geral do Estado (CGE) e na Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

PAGAMENTO ADIANTADO

Mais de 18,65 milhões de famílias em todo o país começaram a receber, nesta sexta-feira (14/11), o pagamento do Bolsa Família referente ao mês de novembro. O programa de transferência de renda, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), beneficia 48,59 milhões de pessoas, com valor médio de R\$ 683,28 por domicílio. O investimento do Governo do Brasil ultrapassa R\$ 12,69 bilhões neste mês.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

"A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudou-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidelidade excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



ALAGOAS - 3ª Mostra Internacional Socioambiental Promove Reflexão sobre Crises Hídricas e Direitos Humanos Através do Cinema Latino-Americano em Penedo

Na tarde desta quinta-feira (14), o Circuito Penedo de Cinema recebeu a 3ª Mostra Internacional Socioambiental, proporcionando um espaço de reflexão por meio da exibição de cinco curtas-metragens que abordam questões socioambientais relevantes na América Latina. O evento, realizado no Centro de Convenções, atraiu uma diversidade de espectadores, incluindo estudantes da rede pública, moradores locais, turistas e profissionais do setor audiovisual. O foco das produções foi dar visibilidade a temas como território, ancestralidade, direitos humanos e a crescente escassez de recursos naturais.

A curadoria ficou a cargo da produtora chilena Caroline Pavez Torrealba, de raízes mapuches, que é também fundadora da Karukinka Films e curadora do Festival Internacional de Cine Polo Sur Latinoamericano. Com uma abordagem que busca conectar as narrativas do sul global, Caroline utilizou o cinema como uma ferramenta para preservar a memória e fomentar a resistência cultural.

Entre os curtas exibidos, destacou-se "Sim, o Rio So", que traz a narrativa de Isleña Antumalen, uma jovem cantora mapuche que utiliza a música como forma de resistência em defesa das águas do Lago Ranco, no Chile. Outro filme importante foi "Água Para a Vida - A Luta do Ayllu San Agustín de Puñaca", dirigido por Fernando Cola, que aborda os impactos da mineração na saúde e nos recursos hídricos das comunidades indígenas na Bolívia.

Além disso, "Arbuelo" do mexicano Mel Izanami, explora a reconexão entre gerações através de uma metáfora ecológica. "Contos de futebol, Amor e Covid" (Chile), de Felipe Arredondo, retrata a infância e a coletividade durante a pandemia, enquanto "Todos comem pão", de Constanza Gaymer e outros, enfoca as memórias da ditadura militar chilena pela perspectiva de uma menina.

O curador argentino Eloy González, que estava presente na sessão, ressaltou a força do cinema como um meio de conscientização em toda a América Latina. "Nos unimos

diante de ciclos de opressão provocados por interesses econômicos que priorizam o lucro em detrimento da vida", afirmou.

A participação de estudantes, como os da Escola Estadual Teotônio Ribeiro, foi muito significativa. Segundo a coordenadora Maria Gorete, a mostra aproximou os alunos de realidades que, embora distantes, afetam o seu cotidiano. "Discutir a crise hídrica do Chile é extremamente pertinente aqui, onde o Rio São Francisco também enfrenta desafios críticos. Precisamos valorizar nossos recursos hídricos antes que seja tarde demais", alertou.

A 15ª edição do Circuito Penedo de Cinema, que se estende até o dia 16 de novembro, é promovida pela Universidade Federal de Alagoas, em parceria com o Governo do Estado de Alagoas e outras instituições. As redes sociais do evento também são uma forma de se manter atualizado sobre as atividades e discussões que permeiam o festival.

A QUEDA

Estadão aponta esvaziamento da CPMI do INSS e frustra planos de Alfredo Gaspar

O jornal *O Estado de S. Paulo* decretou o esvaziamento político da CPMI do INSS, presidida pelo deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL). Em análise publicada nesta quinta-feira (7), o periódico afirma que a comissão "não emplacou" porque o escândalo dos descontos ilegais em aposentadorias e pensões envolve governos de diferentes espectros políticos — o que desmobilizou tanto governo quanto oposição.

Segundo o texto, há registros de irregularidades desde 2016, ainda no governo Michel Temer,

que teriam se ampliado durante a gestão de Jair Bolsonaro e só se tornado públicas no atual governo Lula. "Não há apenas um, mas muitos culpados pelos descontos ilegais nas aposentadorias e pensões", observa o *Estadão*, destacando que governo, oposição e Centrão atuam juntos para conter os danos.

A reportagem aponta que o propósito inicial da CPMI — investigar responsabilidades — foi substituído por uma tentativa de "reduzir prejuízos políticos". "Em poucos meses, o objetivo da

comissão passou de apurar responsabilidades para reduzir danos", escreve o jornal, lamentando o enfraquecimento da investigação.

A análise também indica que a CPI do Crime Organizado, recém-criada no Senado, tende a disputar espaço e atenção pública com a CPMI do INSS, reduzindo ainda mais sua relevância política.

Alfredo Gaspar, que tem usado suas redes sociais para divulgar a atuação na comissão, é apontado como um dos parlamentares mais empenhados em transformar o

caso em vitrine nacional. No entanto, com o avanço das apurações revelando a transversalidade das falhas administrativas, o deputado teria perdido o controle da narrativa, frustrando os planos de concentrar a responsabilidade sobre o governo petista.

"O escândalo merecia respostas concretas, mas acabou engolido pela polarização e pelos cálculos partidários", conclui o *Estadão*, em tom crítico ao resultado da CPMI.

BRASIL

Senado Instala CPI para Investigar Crime Organizado em Meio a Megaoperação Policial no Rio de Janeiro com 132 Mortos e 113 Prisões.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do União Brasil, anunciou nesta quarta-feira a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o crime organizado no Brasil. A decisão surge em meio a intensos desdobramentos provocados pela recente megaoperação contra o Comando Vermelho no Rio de Janeiro, uma das facções criminosas mais poderosas do país.

A nova comissão começará seus trabalhos na próxima terça-feira, 4 de novembro, e Alcolumbre destacou que o foco das investigações será a estruturação, expansão e funcionamento das células e

facções criminosas. "É hora de enfrentar esses grupos com a união de todas as instituições do Estado brasileiro, assegurando a proteção da população diante da violência que ameaça o país", afirmou o presidente do Senado em comunicado nas redes sociais.

A proposta de criar a CPI foi apresentada pelo senador e ex-delegado Alessandro Vieira, do MDB de Sergipe, e, após algumas semanas de atraso devido ao descontentamento da cúpula do Senado em relação aos desfechos da CPI das Bets, finalmente recebeu luz verde. O clima político tenso que permeia a discussão da CPI é refletido na gravidade das operações policiais recentes.

No que é considerado um dos mais abrangentes combates ao crime organizado, o governo do Rio de Janeiro implementou a operação Contenção, mobilizando cerca de 2.500 policiais civis e militares. O objetivo era desarticular as operações do Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha. Os resultados da operação, no entanto, foram dramáticos: 113

pessoas foram detidas e ao menos 132 perderam a vida, incluindo quatro policiais. Criminosos, em resposta, ergueram barricadas e fecharam principais vias da capital fluminense, refletindo a crescente tensão nas ruas.

O governador do Rio, Cláudio Castro, classificou a operação como "um sucesso", destacando que as únicas vítimas foram os policiais, uma declaração que gerou controvérsias em meio ao horror causado pelos confrontos. Um dia após a megaoperação, moradores da comunidade da Penha levaram 72 corpos para a Praça São Lucas. Os relatos indicam que os cadáveres foram encontrados em uma área de mata entre os locais de confronto, marcando esta como uma das mais devastadoras operações policiais na história do estado.

O cenário atual revela não apenas a luta contra o crime organizado, mas também os desafios enfrentados pelas instituições de segurança pública e a necessidade urgente de um diálogo efetivo para conter a violência que assola diversas áreas do país.

CONCHAVO

Derrite janta com Lira e Cunha após adiamento do Projeto Antifacção



O deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do Projeto Antifacção, deixou a sessão da Câmara nesta quarta-feira (13) e se reuniu em um restaurante de Brasília com os ex-presidentes da Casa Arthur Lira (PP-AL) e Eduardo Cunha (Republicanos-RJ). O encontro ocorreu no momento em que Derrite enfrenta resistência de governo e oposição para avançar com o texto, mesmo após divulgar quatro pareceres em apenas seis dias.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), adiou a votação a pedido das duas frentes, que alegaram precisar de mais tempo para avaliar a proposta. Mesmo assim, Derrite afirmou durante o jantar que

pretende apresentar novas versões do relatório até a próxima terça-feira — data prevista por Motta para a análise em plenário. Segundo ele, o parecer deve ser tratado como um “ponto de partida”, e alterações sugeridas por parlamentares são bem-vindas.

Embora o relator tenha ajustado trechos para atender ao governo, a avaliação preliminar do Palácio do Planalto é de que o texto ainda apresenta falhas técnicas e não corrige problemas apontados anteriormente, incluindo brechas que poderiam favorecer integrantes de facções criminosas. Do lado da oposição, bolsonaristas pressionam para que facções sejam classificadas como

organizações terroristas, o que não consta na redação atual.

Entre os pontos mais sensíveis está a criação da categoria “organização criminosa ultraviolenta”, que o relator propôs para tentar evitar sobreposições com a legislação já existente sobre organizações criminosas. Técnicos da Esplanada, no entanto, avaliam que a mudança não resolve a confusão entre crimes apontada nas versões anteriores.

O jantar foi inicialmente noticiado pelo site PlatôBR e confirmado por O GLOBO. Derrite informou, por meio da assessoria, que não tratou do projeto durante a reunião. Cunha afirmou que o encontro não foi combinado e ocorreu por coincidência, por intermédio de

Lira. O deputado alagoano não comentou.

“Foi um encontro fortuito. Eu jantar com o Arthur é normal. Estávamos lá, e chegou ele (Derrite). Aproveitamos para bater papo e discutir a situação. Nada demais, nada pré-combinado”, disse Cunha.

Criticado por especialistas em segurança pública, pelo governo federal, por governadores e por parlamentares de diferentes frentes partidárias, Derrite também foi quem pediu que a votação ocorresse na próxima terça-feira — pleito posteriormente atendido pelo comando da Câmara.

INVESTIGAÇÃO

Empresário é preso com R\$ 270 mil em prefeitura de sobrinho de Renan Calheiros

COP30

Renan Filho defende expansão do uso de etanol para reduzir emissões globais

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que a adoção global de uma mistura de etanol na gasolina, nos mesmos moldes do Brasil, poderia gerar uma redução significativa nas emissões de carbono. A declaração foi feita na segunda-feira, 10, durante a abertura da COP30, em Belém (PA).

Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, Renan destacou que o setor de

transportes brasileiro é um dos principais exemplos de transição energética no cenário internacional. Segundo ele, a presença de um percentual elevado de etanol na gasolina contribui para a diminuição de gases poluentes.

“O Brasil é o país que mais utiliza etanol, que emite muito menos carbono do que a gasolina. Mesmo na gasolina há um percentual grande de etanol. Se o mundo adotasse

esse modelo, já haveria redução expressiva das emissões”, afirmou o ministro.

Renan Filho também ressaltou que o país se tornou referência em matriz energética limpa e lembrou que percorreu as rodovias até Belém em um caminhão do ministério para avaliar condições das estradas e dialogar com motoristas. Segundo ele, o formato deverá ser repetido.

“O Brasil tem grandes exemplos. Emitimos muito menos que as grandes potências e nossa matriz energética é praticamente 100% limpa”, completou.

A agenda do ministro esteve alinhada às discussões sobre descarbonização dos transportes e estímulo a biocombustíveis, temas que avançaram nesta edição da conferência climática.

COP 30

Deputado Inácio Loiola alerta para a falta de atenção às questões da Caatinga e do rio São Francisco na COP 30 em Belém

Durante a sessão ordinária realizada no dia 12, o deputado Inácio Loiola, do MDB, manifestou sua preocupação em relação à iminente Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), que será sediada em Belém, no Pará. O parlamentar criticou a ausência de debates significativos sobre dois temas que considera essenciais para a preservação ambiental, especialmente no contexto da região nordestina: o bioma Caatinga e a degradação do rio São Francisco.

Loiola ressaltou que a Caatinga, que ocupa cerca de 70% da área territorial do Nordeste, é um bioma único no Brasil e enfrenta um grave processo de desertificação. Além disso, enfatizou que o rio São Francisco está “agonizando”, destacando que essa importante via fluvial representa 70% do potencial hídrico da região. O Velho Chico, como é carinhosamente conhecido, é vital não apenas para a irrigação de aproximadamente 300 mil hectares ao longo de sua bacia hidrográfica, como também para o abastecimento de água em diversas cidades do Brasil, abrangendo estados como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Ceará e Paraíba, este último beneficiado pela transposição das águas do rio.

O deputado lembrou que o São Francisco é responsável por 95% da energia gerada pela Companhia Hidrelétrica

do São Francisco (Chesf) e desempenha um papel fundamental no turismo e na piscicultura, além de ser um espaço de lazer para a população local. Comparou a importância do rio à do Nilo para o Egito, afirmando que a ausência do São Francisco significaria um colapso para o Nordeste.

Loiola lamentou que, em um fórum de tamanha relevância como a COP 30, temas tão cruciais permanecem marginalizados. Ele fez um apelo por uma maior atenção às questões ambientais da região, destacando que o futuro do bioma Caatinga e do rio São Francisco deve ser priorizado nas discussões sobre mudanças climáticas. “Precisamos olhar com mais cuidado para esses dois problemas”, concluiu o parlamentar, evidenciando a urgência da situação e a necessidade de ações efetivas para a preservação do meio ambiente nordestino.

DINHEIRO

Alagoas amplia número de empresas e empregos, mas mantém menor salário médio do país



Dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), divulgados pelo IBGE, mostram que a economia de Alagoas registrou crescimento no número de empresas e no total de trabalhadores em 2023, mas manteve a menor remuneração média entre todas as unidades da Federação.

O estado contabilizou 85.715 unidades locais — estabelecimentos onde efetivamente ocorre a atividade econômica — um aumento de 6,6% em relação a 2022, quando eram 80.404. Essas unidades ocupavam 699.579 pessoas em 31 de dezembro de 2023, das quais 606.160 eram assalariadas. O número representa alta de 8,1% na comparação com o ano anterior.

Apesar do avanço no emprego, o salário médio mensal pago no estado caiu de R\$ 2.743,72 para R\$ 2.637,58 em 2023, valor atualizado pela inflação para comparação real. O rendimento permanece como o menor do país. No extremo oposto, o Distrito Federal liderava o ranking, com média salarial de R\$ 5.888,77.

Cenário nacional

Em todo o Brasil, o IBGE identificou 10 milhões de empresas e outras organizações formais ativas em 2023, alta de 6,3% em relação ao ano anterior. Elas ocupavam 66 milhões de pessoas, sendo 52,6 milhões assalariadas (79,8%). A média salarial nacional foi de R\$ 3.745,45, um crescimento de 2% em relação a 2022.

Composição da economia em Alagoas

Entre as 85,7 mil unidades locais do estado, o comércio permaneceu como o setor mais representativo, com 29,7 mil estabelecimentos — sendo 22,6 mil apenas no varejo. Serviços também tiveram grande participação, com destaque para outras atividades de serviços (8,3 mil) e atividades administrativas e profissionais.

O setor de alojamento e alimentação reunia 4,9 mil unidades, refletindo a importância do turismo para a economia estadual. A indústria de transformação contabilizava 3,7 mil estabelecimentos, enquanto saúde e

educação somavam 4,5 mil e 4,6 mil unidades locais, respectivamente.

Sobre a pesquisa

O CEMPRE reúne dados cadastrais e econômicos de empresas e organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). As informações são atualizadas anualmente a partir de bases do IBGE, Receita Federal e Ministério do Trabalho e Emprego. A publicação detalha indicadores como número de empresas, pessoal ocupado, salários e remunerações, considerando atividade econômica, porte, natureza jurídica e distribuição geográfica.

BRASÍLIA

Projeto de Rafael Brito que garante licença a trabalhador para acompanhar cônjuge com câncer avança na Câmara



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (6), o parecer favorável do deputado federal Rafael Brito (MDB-AL) ao Projeto de Lei nº 2.558/2024, que concede ao trabalhador o direito de se ausentar do emprego, sem prejuízo do salário, para acompanhar o cônjuge ou companheiro diagnosticado com câncer

durante sessões de quimioterapia ou radioterapia.

O projeto, de autoria do deputado Acácio Faracho (MDB-AP), propõe a inclusão do inciso XIII no artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reconhecendo o papel essencial do apoio familiar no enfrentamento do câncer. Rafael Brito foi o relator da matéria tanto na Comissão de Trabalho quanto na CCJC, onde destacou o impacto humano e social da medida.

“O tratamento oncológico é extremamente delicado e exige não apenas cuidados médicos, mas também amparo emocional. Garantir que o trabalhador possa acompanhar o cônjuge ou companheiro, sem prejuízo salarial, é uma forma de o

Estado reconhecer a importância do vínculo familiar nos momentos mais difíceis”, afirmou o parlamentar alagoano.

Em seu relatório, Brito ressaltou que a proposta está em consonância com os direitos fundamentais à saúde e à proteção da família, previstos na Constituição Federal. Para ele, a aprovação representa um avanço na consolidação de uma política de atenção integral às famílias afetadas pelo câncer.

Com a aprovação na CCJC, a proposta segue agora para análise do Senado Federal. Se aprovada sem modificações, poderá ser encaminhada à sanção presidencial e incorporada à legislação trabalhista brasileira.

IMÓVEIS

Cruz das Almas se consolida como novo polo de valorização imobiliária de Maceió

Nos últimos dez anos, o bairro Cruz das Almas, em Maceió, vem passando por uma transformação urbana. A região, antes vista como uma área de transição entre a orla turística e a parte alta, hoje desponta como um dos principais vetores de crescimento imobiliário da capital. O cenário é resultado direto da chegada de novos empreendimentos, da ampliação de serviços e de uma infraestrutura que o conecta a diferentes partes da cidade.

O arquiteto Mariano Teixeira, que atua há décadas no desenvolvimento de projetos comerciais e residenciais, pontua que o bairro se diferencia de outros por reunir características urbanísticas e ambientais únicas. "A combinação entre terrenos amplos, baixa densidade construtiva e um padrão urbanístico contemporâneo permite o desenvolvimento de empreendimentos com mais qualidade de vida, voltados ao convívio social

e integrados ao ambiente", destaca.

Essas condições têm atraído não apenas moradores, mas, também, investidores atentos ao potencial de valorização do bairro. "Nos próximos cinco a dez anos, o bairro deve firmar como uma das áreas mais valorizadas da cidade, com alto potencial tanto para moradia quanto para investimento imobiliário", projeta o arquiteto ao reconhecer que o processo de expansão de Cruz das Almas tem sido "extremamente dinâmico e acelerado".

A localização entre a Avenida Comendador Gustavo Paiva e a Avenida Josefa de Melo possibilita uma ligação do bairro com a orla, o Centro da cidade e a parte alta. Essa conectividade facilita o deslocamento e atrai moradores que buscam qualidade de vida aliada à mobilidade. Outro fator de destaque é a abundância de lotes amplos e a baixa taxa de ocupação. "A paisagem ainda preservada e a possibilidade

empreendimentos do tipo condomínio clube favorecem o surgimento de espaços de convivência e lazer diferenciados", explica o arquiteto.

Jardins do Parque reforça o novo momento

Um dos símbolos desse novo ciclo é o Jardins do Parque, empreendimento da Moura Dubeux, referência no segmento de alto padrão com 40 anos de atuação no Nordeste. O projeto ao lado do Parque Shopping Maceió foi concebido para atender famílias que buscam conforto, sofisticação e uma estrutura completa de lazer e segurança. "Decidimos investir em Cruz das Almas por ser uma região em expansão e de futuro promissor. É um bairro com grande infraestrutura urbana, variedade de serviços e opções de lazer", explica a gerente em Alagoas, Clara Bandeira.

Enquanto as obras estão a todo vapor com mais de 120 colaboradores em ação, mais de 60% das unidades já foram vendidas, com previsão de

entrega para o primeiro semestre de 2027.

O diretor de Incorporação da Moura Dubeux, Homero Moutinho, destaca que a região caminha para ser o principal vetor de crescimento urbano de Maceió.

"Empreendimentos como os Jardins do Parque trazem um novo público, novos equipamentos urbanos, geração de empregos e movimentação na economia local", aponta. O gestor acrescenta que o resultado é a valorização de imóveis na região. "A demanda vai crescer, e isso cria oportunidades tanto para quem quer morar quanto para quem deseja investir", afirma.

O apartamento decorado Jardins do Parque está disponível para receber visitas no Espaço Mood na Casa MD, localizada na Av. Comendador Gustavo Paiva, 661, em Cruz das Almas, ao lado do Parque Shopping. As visitas podem ser realizadas de segunda a sexta das 9h às 20h, sábado das 9h às 18h e domingo das 9h às 16h.

HISTÓRIA

Série sobre Ângela Diniz relembra caso e revela coincidência com defesa de Collor – com Jornal Rede Repórter



A estreia da série “Ângela Diniz: Assassinada e Condenada”, na HBO Max, trouxe novamente à pauta o feminicídio ocorrido em 1976 e considerado um divisor de águas no debate sobre violência contra a mulher no Brasil. O caso, contudo, guarda uma coincidência histórica pouco citada: o mesmo advogado que participou da acusação no julgamento do assassino de Ângela integrou a defesa do ex-presidente Fernando Collor de Mello durante o processo de impeachment, em 1992.

Evaristo de Moraes Filho foi contratado pela família da socialite para atuar como assistente de acusação no júri de Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street. Anos depois, a pedido do próprio presidente, passou a compor a equipe responsável por defender Collor no Senado. Reportagem da *Folha de S.Paulo* indica que o advogado recebeu menos de R\$ 500 mil pelo trabalho — valor considerado discreto para a relevância do caso.

O primeiro julgamento de Doca Street ficou marcado pela adoção

da tese da “legítima defesa da honra”, que resultou em uma sentença de apenas dois anos de prisão, permitindo ao réu deixar o tribunal em liberdade. A repercussão negativa levou a um novo julgamento, no qual o júri desconsiderou o argumento e reconheceu o crime como homicídio doloso premeditado. O réu foi condenado a 15 anos, mas cumpriu apenas três em regime fechado.

Décadas depois, em 2021, o Supremo Tribunal Federal declarou a tese inconstitucional,

por ferir princípios constitucionais como dignidade humana e igualdade de gênero.

Com direção e protagonismo de Marjorie Estiano, a nova produção da HBO Max revisita o caso sob perspectiva histórica e jurídica, destacando episódios que continuam a repercutir no debate público sobre violência de gênero e respostas do sistema de Justiça.

SERÁ?

Collor diz a Moraes que desligamento de tornozeleira foi “incidente involuntário”



A defesa do ex-presidente Fernando Collor de Mello enviou uma manifestação ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que o desligamento da tornozeleira eletrônica, ocorrido em 2 de maio deste ano, foi resultado de um “incidente involuntário” e não de uma tentativa de descumprimento das

medidas cautelares impostas pela Justiça.

De acordo com o documento encaminhado ao STF, o equipamento ficou desligado por cerca de 36 horas. Os advogados pediram que Collor permaneça em prisão domiciliar e não seja encaminhado ao sistema prisional.

“Não há qualquer razão plausível para se cogitar que o peticionante, beneficiado com a prisão domiciliar humanitária, descumpriria intencionalmente as medidas cautelares já no primeiro dia. O caso, com todo o respeito, não passou de um incidente involuntário, decorrente de informações truncadas repassadas ao monitorado”, afirmou a defesa.

Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, em um dos desdobramentos da Operação Lava Jato. Desde maio, ele cumpre prisão domiciliar por decisão de Moraes, que também autorizou visitas de familiares e advogados em sua residência.

O episódio do desligamento da tornozeleira foi relatado em um documento técnico encaminhado ao STF, segundo o qual o monitoramento eletrônico ficou inativo por mais de um dia. A defesa sustenta que o problema foi resolvido assim que identificado e que não houve intenção de violar as condições da prisão.

GOVERNO LULA

Modernização do vale-alimentação beneficia 72,5 mil trabalhadores e 784 empresas em Alagoas

A atualização das regras do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), formalizada em decreto assinado nesta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve impactar diretamente 72,5 mil trabalhadores e 784 empresas em Alagoas. O estado conta com 643 empresas beneficiárias do programa e outras 141 fornecedoras.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 68,1 mil trabalhadores atendidos

pelo PAT no estado recebem até cinco salários mínimos, enquanto outros 4,4 mil têm renda acima desse patamar.

A modernização estabelece limites para as taxas cobradas de bares, padarias, restaurantes e mercados que aceitam vale-refeição e vale-alimentação, além de reduzir o prazo de repasse dos pagamentos pelasadoras. A medida busca facilitar a adesão de pequenos estabelecimentos e ampliar os locais onde os usuários podem utilizar o benefício.

O decreto também prevê, no prazo de até um ano, a interoperabilidade total dos sistemas, permitindo que qualquer cartão de benefícios seja aceito em qualquer maquininha, independentemente da bandeira. O objetivo é aumentar a concorrência entre operadoras, garantir mais liberdade ao trabalhador e ampliar oportunidades para o comércio local.

Durante a assinatura, o presidente Lula afirmou que a

mudança traz ganhos para todos os segmentos envolvidos. "É bom para supermercados, restaurantes, padarias, pequenos comércios e, sobretudo, para o trabalhador", disse.

Em âmbito nacional, o PAT reúne 327,7 mil empresas beneficiárias, 37 mil fornecedoras e atende 22,1 milhões de trabalhadores em todas as unidades da Federação.

ECONOMIA

Negociação para transferência do controle da Braskem avança entre bancos e Novonor

As negociações para a transferência do controle da Braskem avançaram de forma significativa. A Novonor, antiga Odebrecht, e os bancos credores da companhia chegaram a um entendimento sobre os principais pontos do acordo que deve colocar a gestora IG4 Capital à frente da petroquímica. A formalização do texto final é esperada para a próxima semana, segundo informações apuradas pela Coluna do Broadcast.

Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e BNDES contrataram a IG4 para administrar as ações que compõem o bloco de controle, atualmente dadas como garantia

de empréstimos da Novonor. A Petrobras permanecerá como acionista relevante e corresponsável pela gestão.

Pelo que já foi definido, a Novonor continuará com cerca de 4% do capital total da Braskem após a operação. Questões jurídicas relacionadas à transferência das ações seguem em discussão, mas as bases do acordo estão consolidadas.

Dívidas e incertezas aceleraram mudanças

As ações da Braskem garantem dívidas que somam aproximadamente R\$ 19 bilhões, acumuladas desde antes da recuperação judicial da Novonor, em 2020. Depois de cinco anos de tentativas frustradas de venda da fatia societária, os bancos decidiram assumir o processo de forma direta e já indicavam a possibilidade de executar a garantia caso não houvesse acordo amigável.

O impasse prolongado impactou a própria Braskem, que reduziu investimentos e enfrentou maior alavancagem financeira. A situação se agravou com o cenário internacional adverso para o

setor petroquímico e com a incerteza gerada pelo afundamento do solo em Maceió, ligado às operações de sal-gema da empresa. Um acordo firmado com o Estado de Alagoas nesta semana, estabelecendo cronograma de pagamento mais extenso, trouxe previsibilidade e facilitou as negociações.

Consultorias seguem no processo

Em setembro, a Braskem contratou o banco Lazard e dois escritórios internacionais — E.Munhoz e Cleary Gottlieb — para avaliar alternativas. A dívida líquida ajustada da companhia alcançou US\$ 6,8 bilhões no segundo trimestre de 2025, com alavancagem de 10,59 vezes o Ebitda recorrente.

A empresa também acessou recentemente uma linha de crédito rotativo de US\$ 1 bilhão, válida por um ano. Segundo fontes, os consultores permanecerão atuando ao lado da IG4 no processo de reestruturação.

Novonor e os bancos credores foram procurados, mas não comentaram o andamento das negociações.

DINHEIRO

Renda dos alagoanos cresce 48,5% e lidera ranking do Nordeste, aponta estudo da FGV

Alagoas registrou o maior crescimento de renda domiciliar per capita do Nordeste nos últimos doze anos, de acordo com levantamento divulgado nesta quinta-feira (6) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo revela que o rendimento médio do estado saltou de R\$ 887 em 2012 para R\$ 1.317 em 2024 — um aumento de 48,5%, o mais expressivo da região.

O desempenho alagoano superou o do Rio Grande do Norte (46,5%), Piauí (44,7%) e Maranhão (42,8%). Em média, o Nordeste teve crescimento de

26,7% no período. A pesquisa, intitulada *"Evolução da renda, desigualdade e pobreza nos Estados do Nordeste"*, utilizou como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O documento destaca que o avanço contribuiu para a redução das disparidades econômicas e sociais na região, embora os estados nordestinos ainda apresentem renda inferior à média nacional.

Avanço recente

Entre 2022 e 2024 — período correspondente ao governo Paulo Dantas (MDB) —, o rendimento médio per capita da população de Alagoas cresceu 31,7%, o segundo maior avanço do Nordeste, ficando atrás apenas de Pernambuco, que teve alta de 32,2%.

Nesse intervalo, a renda média do alagoano passou de R\$ 1 mil para R\$ 1.317, um incremento nominal de R\$ 317. O estudo atribui o resultado à combinação entre políticas públicas de

transferência de renda, expansão do mercado de trabalho e melhor execução administrativa nos estados mais vulneráveis.

Segundo a FGV, "a queda da pobreza e da extrema pobreza no Nordeste entre 2022 e 2024 decorre da convergência entre políticas públicas robustas, recuperação do emprego e maior cobertura de programas sociais, sobretudo em unidades da federação onde a gestão foi mais eficaz e a vulnerabilidade inicial era mais acentuada".

ECONOMIA

Eoverno Anuncia Liberação de R\$ 156,4 Milhões em Lote Extra de Abono Salarial para 152,4 Mil Trabalhadores

Neste sábado, 15 de setembro, o governo federal anunciou a liberação de um lote extra de R\$ 156,4 milhões referente ao abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Essa ação beneficiará cerca de 152,4 mil trabalhadores com carteira assinada que receberam salários de até dois mínimos e que estiveram empregados por, pelo menos, 30 dias em 2023.

Os recursos do abono vão atender tanto aqueles que ainda não realizaram o saque do benefício quanto os que solicitaram revisão por meio de recursos administrativos. Para os que estiverem aguardando a revisão, a liberação dos pagamentos seguirá até o fim do ano, em data a ser determinada.

específicas para o dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil seguinte.

Os trabalhadores poderão verificar sua elegibilidade para o abono salarial pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital, além de acessar informações por meio do Portal gov.br. Os valores a serem recebidos podem variar de R\$ 126,50 a R\$ 1.518,00, dependendo do número de meses trabalhados em 2023, que é considerado o ano-base para este cálculo. Os recursos estarão disponíveis para saque até o dia 29 de dezembro deste ano.

Para ter direito ao abono, os trabalhadores devem estar cadastrados no PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) há pelo menos cinco anos, ter trabalhado no período de pelo menos 30 dias, ter recebido remuneração média de até dois salários mínimos e ter seus dados corretamente informados pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ou no eSocial. O lote extra é destinado apenas aos que atendem a esses critérios e cujas informações foram corrigidas e reenviadas até junho deste ano.

Para consultar se tem direito ao abono, o trabalhador pode

utilizar diversos canais, como o aplicativo Carteira de Trabalho Digital, onde é necessário utilizar CPF e senha do governo, a Central Alô Trabalho pelo telefone 158 ou ainda aplicativos como Caixa Trabalhador e Caixa Tem.

A forma de pagamento varia conforme a modalidade do benefício. Para os trabalhadores da iniciativa privada que recebem o PIS, o crédito será automático para os que têm conta na Caixa Econômica Federal, além de opções como o saque com Cartão Cidadão e a Poupança Social Digital. Já os servidores públicos e trabalhadores de estatais que recebem o Pasep poderão acessar os recursos por meio do Banco do Brasil, com a possibilidade de transferência ou saque presencial.

O prazo para realizar o saque do abono se estende até 29 de dezembro. Aqueles que acreditam ter direito ao benefício, mas não foram incluídos no lote, podem registrar um recurso diretamente no aplicativo. Dúvidas podem ser solucionadas através do telefone 158, por e-mail ou nas Superintendências Regionais do Trabalho.

MEIO AMBIENTE

Brasil Defende Energia Limpa na COP30, Mas Contradiz Posição com Exploração de Petróleo na Margem Equatorial

Paradoxo Brasil: país preza por energia limpa, mas contribui com aquecimento exportando petróleo

No segundo dia da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém, Pará, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou a necessidade urgente de abandonar o modelo de desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis. Durante sua fala, Lula destacou que “a Terra não suporta mais o uso intensivo de tais combustíveis”, convidando líderes internacionais a unirem esforços na transição para uma matriz energética mais sustentável. No entanto, essa postura revelou um contraste notável: enquanto Lula promove a diminuição na utilização de combustíveis fósseis, ele também apoia a exploração de petróleo

na Margem Equatorial, uma área conhecida por sua biodiversidade, o que levanta questionamentos sobre a coerência de sua posição ambiental.

Especialistas em meio ambiente analisam essa dicotomia. Embora o Brasil mantenha uma pegada de carbono relativamente baixa em comparação a outras grandes economias, a prática de extrair e exportar petróleo continua a contribuir para o aquecimento global. Para financiar ações de mitigação climática, é crucial que recursos gerados por essas atividades sejam revertidos em favor do desenvolvimento sustentável.

Ronaldo Serôa da Motta, professor de economia ambiental, sugere que,

embora o Brasil possua imensos recursos naturais que permitem uma matriz energética diversificada – com destaque para hidrelétricas e biocombustíveis – a crescente exploração petrolífera poderia criar um paradoxo global. O petróleo vendido para o exterior transfere a responsabilidade pela emissão de carbono para os países que o consomem, complicando a luta global contra as mudanças climáticas.

Por outro lado, Leandro Andrei, coordenador do Núcleo de Estudos Geográficos da UERJ, propõe que os lucros gerados pela exploração de petróleo sejam utilizados para investimentos em energia renovável e na

preservação da Amazônia. Essa estratégia poderia transformar o petróleo em uma ponte para uma transição energética mais eficaz, caso acompanhada de políticas públicas estruturadas e um Estado forte.

Enquanto Lula convocou a comunidade internacional a decidir entre um futuro de desastres climáticos ou uma reconstrução inteligente, especialistas alertam sobre a complexidade das questões climáticas, que não podem ser dissociadas dos contextos sociais e econômicos. A crise climática exige soluções integradas que considerem as desigualdades enfrentadas por diferentes países e regiões.

MEIO AMBIENTE

Alagoas vai à COP30 com foco na transformação ecológica e parcerias estratégicas



Às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém (PA), a partir de segunda-feira (10), o Governo de Alagoas intensifica sua preparação sob a coordenação da Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi).

A pasta, liderada pelo secretário Júlio Cezar, tem desempenhado papel central na articulação de projetos e estratégias que colocam o Estado em sintonia com a agenda global de sustentabilidade e descarbonização.

Entre as principais ações está o desenvolvimento do Plano

Brasil Nordeste de Transformação Ecológica (PTE-NE), iniciativa construída em parceria com o Consórcio Nordeste.

Em Alagoas, a Serfi liderou o processo de elaboração do plano, reunindo órgãos estaduais como a Secretaria de Estado de Governança Corporativa (Governança), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), o Gabinete Civil do Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra).

O trabalho resultou em 12 projetos sustentáveis, que vão de ações de mitigação das mudanças climáticas a soluções de incentivo à economia verde — todos incluídos no documento que será lançado pelos governadores do Nordeste durante a COP30.

“Alagoas está trilhando um caminho sólido rumo à economia verde. A Serfi tem sido o elo

parceiros nacionais e internacionais, e as instituições financeiras que acreditam no potencial transformador do Nordeste. Nossa missão é mostrar, na COP30, que Alagoas não apenas acompanha o debate global sobre sustentabilidade — mas é parte ativa da solução”, destacou o secretário de Estado Júlio Cezar.

A Secretaria também é responsável pela coordenação das agendas estratégicas do Governo de Alagoas na conferência, articulando reuniões com bancos multilaterais de desenvolvimento, coalizões de entes subnacionais e instituições estrangeiras. Essas parcerias visam viabilizar cooperação técnica e financiamento de projetos voltados à transição ecológica.

Outro eixo de atuação da Serfi é o suporte logístico e burocrático para a participação do Estado na COP30, assegurando que toda a representação alagoana — técnica e política — tenha plena estrutura para dialogar, apresentar resultados e buscar novas oportunidades.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

